



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARACATU

CURADORIA: CONSUMIDOR

Considerando a promoção da defesa do consumidor, como um direito fundamental (art. 5º, XXXII); t

Considerando a defesa do consumidor, ao lado de outros, como o princípio da ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, cuja finalidade é garantir a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social (CF, art. 170, V);

Considerando o Código de Defesa do Consumidor, como conjunto de normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social (CF, ADCT, art. 48, Lei nº 8078/1990, art. 1º);

Considerando a proteção da dignidade, da saúde e segurança e dos interesses econômicos dos consumidores, como objetivos específicos da Política Nacional das Relações de Consumo;

Considerando o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor, como um dos princípios da Política Nacional de Relações de Consumo (CDC, art. 4º, I);

Considerando o surto da doença provocada pelo novo Coronavírus (2019 – nCov), caracterizado como pandemia, e a necessidade de os consumidores adquirirem álcool em gel, luva e máscara descartável, para evitar os riscos de contaminação;

Considerando a necessidade inadiável de os consumidores, havendo insuficiência respiratória, precedida de sintomas semelhantes aos da gripe, de realizar exame para saber



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

se contraiu a doença causada pelo novo Coronavírus (2019-nCov), inclusive de forma remunerada;

Considerando a necessidade de aquisição de outros produtos e serviços, pelos consumidores, em função do surto da doença;

Considerando as notícias veiculadas de que fornecedores estariam se aproveitando do surto da doença provocada pelo novo Coronavírus, caracterizado como pandemia, e da premente necessidade da população, para elevar, sem justa causa, os preços dos bens de consumo, visando obter vantagens ilícitas;

Pelo esposado, necessário o acompanhamento do comércio e prestadores de serviço que atuam no Município de Paracatu, para adoção das medidas cabíveis.

Assim, determino a instauração de Processo Administrativo, nos termos do artigo 4º, da Resolução PGJ nº 14, de 1º de agosto de 2019.

Requisite-se:

- a) Ao Município de Paracatu que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, informe quantos fiscais de postura possui na cidade, bem como providencie as medidas administrativas de fiscalização necessárias para o cumprimento das recomendações e decretos determinando a limitação do comércio e serviços no Município;
- b) À Polícia Militar que proceda à fiscalização das medidas constantes da recomendação e das práticas previstas nos artigos 131, 267 e 269, ambos do Código Penal e art. 39, X, do CDC, com encaminhamento do REDS, em razão da possível prática de crime devem ser encaminhados ao e-mail: rprado@mpmg.mp.br;
- c) Às agências bancárias instaladas no Município de Paracatu para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, informem quais medidas foram adotadas para conter a disseminação do COVID-19;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- d) Ao Procon Municipal e ao Prefeito a apresentação de um plano de atuação e fiscalização pautado: I – orientação dos fornecedores a respeito das consequências do desrespeito às determinações do poder público: I.1 – art. 267, Código Penal (Causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos: Pena - reclusão, de dez a quinze anos. § 1º - Se do fato resulta morte, a pena é aplicada em dobro. § 2º - No caso de culpa, a pena é de detenção, de um a dois anos, ou, se resulta morte, de dois a quatro anos); I.2 – art. 131, Código Penal, (Praticar, com o fim de transmitir a outrem moléstia grave de que está contaminado, ato capaz de produzir o contágio: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa); I.3 – art. 269, Código Penal (Deixar o médico de denunciar à autoridade pública doença cuja notificação é compulsória: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa); I.4 - art. 39, X, CDC (É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas, X - elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços)
- e) Orientar à população que o descumprimento dos decretos federais, estaduais e municipais configura crime;
- f) Que seja providenciada a orientação em rádios, mídias diversas (inclusive sociais) e imprensa local para fins de divulgação (prazo 48 horas);

Encaminhe a recomendação, anexo, à CDL, ao Sindicato dos Comerciantes- Sind Comércio Paracatu, à ACipa, às rádios, à Polícia Militar, à Polícia Civil e ao Município de Paracatu, OAB-Paracatu, Câmara de Vereadores, para que seja dada ampla divulgação aos seus termos.

Constar, expressamente, que as reclamações poderão ser realizadas pelo site <http://procon.mpmg.mp.br/>, a qual deve ser instruída, se possível, com documentos que comprovam o alegado, como, por exemplo, foto, cupom fiscal e outros.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A comunicação às entidades poderá ser realizada por contato telefônico ou endereço eletrônico, mediante certidão.

Após o transcurso do prazo, com ou sem resposta, faça-se conclusivo.

Paracatu, 23 de março de 2020.

Assinatura manuscrita em tinta azul, legível como "M. C. Martins da Costa Alvim".

Maria Constância Martins da Costa Alvim
Promotora de Justiça